

Desempregados da vida: um estudo crítico do desemprego no capitalismo **Desempleados de la vida: un estudio crítico del desempleo en el capitalismo.**

Ligia Maria Soufen Tumolo, Paulo Sergio Tumolo.

Cita:

Ligia Maria Soufen Tumolo, Paulo Sergio Tumolo (2004).
Desempregados da vida: um estudo crítico do desemprego no capitalismo
Desempleados de la vida: un estudio crítico del desempleo en el capitalismo.
VI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-045/760>

DESEMPREGADOS DA VIDA: UM ESTUDO CRÍTICO DO DESEMPREGO NO CAPITALISMO

Desempleados de la vida: un estudio crítico del desempleo en el capitalismo

Ligia Maria Soufen Tumolo

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) – Brasil

Paulo Sergio Tumolo

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil

E-mail: tumolo@ced.ufsc.br

O desemprego tem sido, sem sombra de dúvida, um dos maiores problemas da sociedade contemporânea e, por essa razão, um dos temas mais debatidos e analisados. Em 1999, para uma população economicamente ativa mundial estimada em três bilhões de pessoas, havia cerca de um bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada, o que significa dizer que, em cada três trabalhadores no mundo, um se encontrava na condição de desemprego ou de subemprego (cf. Pochmann, 2001, p. 81). Levantamentos estatísticos têm revelado, ainda, que nas últimas três décadas, o desemprego tem sido crescente, tanto nas economias centrais, quanto nas economias periféricas do capitalismo.

No Brasil, o desemprego vem crescendo de forma significativa, principalmente nos dois últimos decênios. Segundo Pochmann (2001), as transformações ocorridas na economia brasileira, a partir da segunda metade da década de 1980, têm gerado

um desemprego sem precedentes na história do país, de tal maneira que, para ele, atinge o tecido social brasileiro como epidemia. Análise semelhante é feita por Mattoso (2000), ao afirmar que, atualmente, o desemprego é um fenômeno de amplitude nacional, que se caracteriza pela sua extraordinária intensidade e que seus índices não possuem paralelo com outros momentos da história nacional.

De fato, as duas agências brasileiras de pesquisa responsáveis pelo acompanhamento sistemático do desemprego — de um lado o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e, de outro o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) e a Fundação SEADE (Sistema Nacional de Análise de Dados), que, juntos, realizam a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) — vêm demonstrando, de forma incontestável, o agravamento do crescimento do desemprego no Brasil conforme indica a tabela 1.

Tabela 1

Evolução das taxas de desemprego, índices percentuais para Brasil e São Paulo (1989 -1999)

	1989	1994	1998	1999	Varição em % 1989/1999
São Paulo	8,7	14,2	18,3	19,5(*)	110,3
Desemprego total					

Brasil					
Desemprego	3,4	5,1	7,6	7,8(**)	123,5
aberto					

(*) Média obtida considerando-se os índices dos meses de janeiro a maio de 1999.

(**) Média obtida considerando-se os índices dos meses de janeiro a junho de 1999.

Fonte: Dados de São Paulo: Seade/Dieese, Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED)

Dados do Brasil: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (apud Mattoso, 2000 p. 13)

Embora as taxas dos dois Institutos sejam bastante diferenciadas, por causa de seus procedimentos distintos de levantamento de dados¹, o que chama a atenção na tabela não são somente as altas taxas de desemprego, principalmente quando são considerados os critérios utilizados pelo SEADE-DIEESE, mas, sobretudo, a evolução acentuada do desemprego no período referido, constatada pelas duas instituições: para o SEADE-DIEESE, 110,3%; e para o IBGE, 123,5%.

O desemprego e suas conseqüências na vida das pessoas

Na medida em que o desemprego é um fenômeno que atinge os diversos países e segmentos sociais, pesquisadores de várias nacionalidades vêm conduzindo estudos com o objetivo de verificar as conseqüências do desemprego para a vida das pessoas, investigando principalmente aquelas relacionadas à saúde e à saúde mental, como é o caso de Lejoyeux, Boulanguiez e Fichelle (2000), na Inglaterra. Outros pesquisadores têm tido uma perspectiva de análise sociológica das repercussões do

desemprego, como se verifica em Cattani (1996), que examinou o caso francês, e outros, ainda, têm focado aspectos relacionados aos sentimentos e percepções relativos à situação do desemprego, como Brasileiro (2000) no Brasil².

Esses estudos convergem no que se refere aos efeitos negativos que o desemprego acarreta para as pessoas desempregadas, para seus familiares e para a sociedade como um todo. Tais investigações demonstram que a situação de desemprego está associada à ocorrência de distúrbios psicológicos, tem uma relação com a emergência e o agravamento de problemas sociais, como o aumento da criminalidade, e também com o desencadeamento de sentimentos negativos, como a redução na auto-estima.

Com o intuito de dar continuidade a tais estudos e considerando o recrudescimento do desemprego na atualidade, sobretudo no Brasil, e as conseqüências que ele ocasiona para a vida humana, realizamos uma pesquisa qualitativa, que envolveu 13 participantes dentre pessoas que procuravam emprego por meio de encaminhamento do SINE — Sistema Nacional de Emprego — de Florianópolis³, Brasil, com o propósito de buscar apreender as características mais marcantes da vivência dessas pessoas que se encontravam desempregadas. O conceito de vivência, neste estudo, se refere à configuração de sentidos que cada pessoa vai desenvolvendo e atribuindo aos eventos que experimenta (nos quais se sente envolvida, na maioria das vezes, como protagonista ou vítima) no decorrer de sua vida, cotidianamente. Sentido se refere à possibilidade de atribuição de significado a

eventos de que a pessoa participa diretamente. Significados são compreendidos como representação simbólica das finalidades da ação, elaborada e assimilada por um sujeito social.

Do conjunto de entrevistados, com variados níveis de escolaridade – do ensino fundamental incompleto até o ensino superior -, dez eram do sexo masculino e três do sexo feminino. A faixa etária variava entre 18 e 51 anos e encontravam-se desempregados por um período que variava entre um mês e dois anos.

O presente texto tem como finalidade, primeiramente, examinar, de forma resumida, os resultados da investigação desenvolvida acerca da vivência de pessoas desempregadas supra citadas na cidade de Florianópolis, e, em seguida, analisar o significado do desemprego no interior da lógica societal capitalista para, dessa forma, buscar compreender as origens e fundamentos sociais dessa vivência.

A vivência das pessoas desempregadas

A partir dos relatos dos entrevistados que se encontravam na condição de desempregados e da análise de seus conteúdos, pudemos extrair alguns resultados, que serão apresentados, resumidamente e na forma de tópicos, no que se segue.

A situação do desemprego não significa que os desempregados estejam com seu tempo livre para outras atividades desvinculadas de sua inserção no mercado de trabalho, na medida em que estes desenvolvem uma variedade de tarefas e

despendem grande parte de seu tempo na busca incessante pelo emprego e, portanto, na tentativa de se inserirem novamente no mercado de trabalho.

A condição de desemprego interfere na vida do desempregado como um todo, ou seja, mesmo nos momentos em que a pessoa desempregada não está desenvolvendo as tarefas específicas de busca pelo emprego, está envolvida com a situação de desemprego. As preocupações com o desemprego geram interferências nas outras atividades desenvolvidas durante o dia e a noite do desempregado, já que afetam a forma como os desempregados se relacionam com outras pessoas, como também prejudicam as horas destinadas ao descanso.

Os desempregados entrevistados se responsabilizam pela sua situação de desemprego, ou seja, atribuem à sua baixa escolaridade, à sua insuficiente qualificação profissional, à sua pouca experiência profissional, à sua idade ou raça, os motivos geradores de seu desemprego. Também não demonstram conhecimento sobre a expansão do desemprego na sociedade brasileira contemporânea.

Os participantes da pesquisa enfatizam que seus valores impediriam a efetivação de atos ilícitos, mas revelam que não condenam aqueles que os cometem, devido a uma situação extrema de impossibilidade em adquirir as mercadorias essenciais para garantir a sobrevivência deles e de suas famílias.

A família possui um forte significado para o trabalhador desempregado. Normalmente, a família de origem atua dando apoio, principalmente financeiro. Há casos, no entanto, em que a pessoa desempregada não pode contar com a família de

origem, ficando desamparada financeiramente. Os cônjuges, geralmente, são descritos como pessoas que fornecem suporte afetivo e material, já que incentivam a busca pelo emprego e assumem as despesas da família. Porém, de forma geral, se verifica uma perda na qualidade da relação entre o casal, devido às preocupações geradas pelo desemprego. A consciência da responsabilidade em prover as mercadorias necessárias para os filhos e a preocupação em não conseguir cumpri-las são enfatizadas pelos participantes que possuem filhos dependentes.

A queda no padrão de consumo é um fator central decorrente da situação do desemprego. Os participantes demonstram não conseguir atualizar as mercadorias que costumavam adquirir, e passam a vender algumas mercadorias adquiridas com o objetivo de obter recursos financeiros para comprarem outras mercadorias de maior necessidade. Em casos extremos contraem dívidas, sem terem a possibilidade de quitá-las.

Os entrevistados relatam a perda no poder de decisão sobre a condução de suas próprias vidas, já que a situação de desemprego gera uma dependência de outras pessoas, que são os provedores de suas necessidades básicas. De maneira geral, essa situação de dependência possui uma conotação de submissão, já que os participantes desempregados sentem que têm de se sujeitar às regras e decisões daqueles que os sustentam.

Ao serem questionados sobre qual a dimensão mais importante do trabalho, se a atividade ou o salário, todos os participantes atribuem uma importância fundamental

ao trabalho enquanto o meio principal de obtenção de uma remuneração que os permite comprar mercadorias necessárias. A equivalência de importância entre a atividade e a remuneração foi apontada por dois dos participantes, que demonstram não dissociar a atividade da remuneração, sendo que a segunda não tem sentido sem o exercício da primeira.

O distanciamento social, expresso na diminuição da frequência em encontros sociais, gerado pela necessidade de redução nos gastos, também faz parte da vivência do desempregado, no momento da situação de desemprego.

De outra parte, é possível inferir, considerando os limites do número de entrevistados, que o desemprego atinge pessoas de todos os níveis de escolaridade, e que mesmo aquelas que têm um grau mais elevado de escolarização, como é o caso da maioria dos entrevistados, não têm encontrado facilidade de conseguir emprego.

A falta de informações sobre os critérios de seleção para as funções às quais concorrem, como também a ausência de uma resposta sobre os resultados dos processos seletivos aos quais se submetem, geram, nos desempregados, uma sensação de serem desconsiderados pelas organizações de trabalho.

Diante de tantas tentativas frustradas de reingresso no mercado de trabalho, e da conseqüente perda da esperança, assim como do desespero causado pela situação do desemprego, algumas expressões e atitudes são adotadas para recuperar a esperança e aliviar as tensões: a crença no pensamento positivo e religioso, assim como a prática de longas caminhadas, funcionando como estratégias para minimizar

os impactos do desemprego e possibilitando a continuidade no processo de busca de reinserção no mercado de trabalho.

O planejamento da vida futura também fica dificultado devido à situação do desemprego, já que a ausência de recursos financeiros compromete o investimento no desenvolvimento profissional e na aquisição de bens materiais.

De forma geral, os sentimentos gerados pela situação do desemprego são negativos, isto é, possuem uma conotação desagradável, associados a uma experiência de sofrimento por parte dos desempregados. O desespero, a perda da esperança, o desamparo, a tristeza, a revolta e a desorientação são sentimentos verbalizados e expressos de forma contundente pelos participantes. Nenhum sentimento positivo, isto é, descrito com uma conotação agradável, foi associado, pelos participantes, à experiência do desemprego.

Parece fundamental destacar que entre os treze participantes da pesquisa, dez choraram de forma dramática ao relatarem sua experiência diante da situação do desemprego. Esse fato demonstra que a vivência do desemprego se caracteriza por ser uma experiência de grande sofrimento para as pessoas desempregadas, e que denota o processo de degradação dessas pessoas como seres humanos, já que ficam limitadas somente à aquisição das mercadorias necessárias para continuarem sobrevivendo.

Vários elementos que compõem os resultados desta pesquisa são coincidentes e outros são distintos e/ou complementares em relação àquelas realizadas por outros

estudiosos⁴ que examinaram o mesmo fenômeno. Todas elas evidenciam que a situação de desemprego é sentida, de forma geral, como uma situação geradora de grande sofrimento, configurando-se como uma experiência bastante negativa para aqueles que a vivenciam.

Contudo, para que se possa compreender o desemprego e sua determinação na vida humana, é necessário que seja entendido para além dele mesmo, ou seja, é preciso buscar compreendê-lo como um fenômeno que se produz no bojo de determinadas relações sociais, as relações capitalistas⁵.

O significado do desemprego na lógica do capitalismo

No capitalismo, a produção da vida humana se processa por intermédio do mercado, que pode ser entendido, grosso modo, como o lugar social no qual todos os indivíduos, para poderem viver, necessitam comprar e vender mercadorias.

Nessa sociedade, as pessoas têm de ir ao mercado para comprarem as mercadorias necessárias para sua satisfação — os meios de subsistência —, realizando assim sua condição de compradores/consumidores. Contudo, ninguém pode comprar se “antes” não vender, quer dizer, para poderem comprar os meios de subsistência, as pessoas precisam vender alguma mercadoria, qualquer que seja, efetivando, dessa forma, sua condição de produtores/vendedores. Em outras palavras, para poderem viver, as pessoas necessitam comprar e, para poderem comprar, precisam vender. Isso significa que, para produzirem sua vida na sociedade do capital,

todos os indivíduos, salvo algumas exceções, são produtores e ao mesmo tempo consumidores, ou seja, vendedores e compradores de mercadorias.

Na forma social capitalista, portanto, somente mediante a venda de alguma mercadoria, quer dizer, algum produto qualquer ou a força de trabalho em especial, é possível adquirir os meios de subsistência necessários para a manutenção da vida humana. Os indivíduos que detém os meios de produção são também proprietários dos produtos que são produzidos e, dessa forma, podem vendê-los para comprar as mercadorias necessárias para sua sobrevivência. Todavia, outros indivíduos, que não possuem os meios de produção necessários para produzir algum produto, são obrigados a vender sua força de trabalho para, então, obterem alguma remuneração e realizarem a troca pelos produtos necessários para produzirem suas vidas, os meios de subsistência. Isso significa que, no capitalismo, existem, grosso modo, dois segmentos sociais que se constituem e se diferenciam como vendedores: de um lado, os proprietários dos meios de produção que, por decorrência, são também proprietários das mercadorias produzidas e, por esta razão, vendedores destas mesmas mercadorias, e, de outro, os que estão privados dos meios de produção e, dessa forma, tendo como única propriedade sua força de trabalho, são vendedores desta mercadoria.

Proprietários de meios de produção e vendedores de mercadorias

Abordaremos, inicialmente, os primeiros vendedores, ou seja, aqueles que não vendem a força de trabalho, mas vendem outras mercadorias, já que são proprietários de meios de produção.

Pode-se dizer, em linhas gerais, que no capitalismo existem duas relações sociais de produção de mercadorias que, embora articuladas, são distintas e originam duas formas de mercado: as relações de produção especificamente capitalistas e as relações de produção não-capitalistas. As primeiras, que expressam o mercado especificamente capitalista, se caracterizam pela compra da força de trabalho do trabalhador pelo capitalista, detentor dos meios de produção, de tal maneira que a força de trabalho produz uma mercadoria que é propriedade do capitalista, e este a vende no mercado pelo seu valor. Ao produzir a mercadoria que vai ser vendida, o trabalhador produz também mais-valia, que será acumulada pelo capitalista, num movimento incessante e insaciável, configurando o movimento do capital. Tal relação só ocorre quando existem dois sujeitos sociais, que estabelecem a compra e venda da força de trabalho. De um lado os proprietários dos meios de produção e, de outro, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, de tal maneira que, nesta relação, há a produção de uma mercadoria para o capitalista, que vai vendê-la, realizando, assim, a exploração da mais-valia, num processo incessante de valorização de valor.

A produção de mercadorias pode ocorrer também em relações sociais não especificamente capitalistas, que configuram outra forma de mercado, e que se caracterizam pela inexistência da compra e venda da força de trabalho. Ou seja, os proprietários dos meios de produção se utilizam de sua própria força de trabalho, com a qual produzem mercadorias e as vendem no mercado. Por essa razão, em tais relações ocorre apenas a produção de mercadoria, de valor, mas não de mais-valia, não havendo possibilidade de produção e reprodução do capital. Exemplo disso é a produção individual, familiar ou cooperativa de qualquer mercadoria, seja ela agrícola, industrial ou de serviço. Um camponês, proprietário de meios de produção, que, junto com sua família, produz feijão para vender, ou uma cooperativa, de propriedade coletiva, que fabrica roupas para levar ao mercado, ou ainda um indivíduo que produz a mercadoria serviço de assistência técnica de computadores, são alguns exemplos concretos de relações sociais de produção que não são capitalistas, uma vez que nelas se produz apenas mercadoria, valor, mas não se produz mais-valia e, por conseguinte, capital.

Não obstante, tais relações sociais, responsáveis pela produção da vida de parte da humanidade, tendem a se restringir, na medida em que as relações de produção especificamente capitalistas tendem a se ampliar, relativamente, comprimindo o mercado não capitalista. Ocorre que os produtores e vendedores de mercadorias produzidas por meio de relações de produção não-capitalistas concorrem com empresas que se encontram na lógica da produção capitalista, que é muito mais

propícia ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho, sobretudo pela combinação de alterações nas formas de organização e gestão do trabalho com incorporação de inovações tecnológicas, e que resulta numa diminuição do valor de suas mercadorias, deixando aqueles produtores concorrentes sem ou com poucas chances de competir e de sobreviver no mercado, já que sua produção não consegue acompanhar o mesmo grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, muitas vezes, se caracteriza por ser artesanal ou semi-artesanal. Convém assinalar que o valor de uma mercadoria corresponde a um quantum **socialmente necessário** de trabalho (abstrato) para produzi-la, e não ao quantum de trabalho que está efetivamente presente nela. Isso implica que as empresas que conseguem aumentar sua produtividade, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, logram diminuir o valor da mercadoria, abrindo uma vantagem sobre seus concorrentes. Estes, por sua vez, se encontram no seguinte dilema: ou aumentam a força produtiva do trabalho em suas empresas no mesmo ou em maior grau que o primeiro, ou são por ele eliminados. O processo, todavia, se reinicia *ad infinitum*. Este movimento incessante resulta numa tendência de queda generalizada do valor das mercadorias, cujo efeito prático é a eliminação dos produtores de mercadorias que não conseguem incorporar, no ritmo exigido, os elementos concernentes à elevação da força produtiva do trabalho, e expressa, portanto, a “guerra de vida e morte” que os produtores e vendedores de mercadorias estabelecem no cotidiano do mercado⁶.

Dessa forma, a ação das empresas capitalistas tende a ir eliminando ou diminuindo o campo de atuação dos concorrentes que não estabelecem a relação especificamente capitalista. Ocorre assim uma ampliação do mercado especificamente capitalista e, ao mesmo tempo, uma diminuição da possibilidade de produção de mercadorias fora do espaço produtivo capitalista. Apesar da possibilidade da abertura de um negócio próprio, a tendência é que as pessoas encontram cada vez mais dificuldade de produzir e vender mercadoria, de tal maneira que consigam comprar as mercadorias (meios de subsistência) necessárias para poderem produzir sua vida.

Embora o espaço de sobrevivência fora do mercado capitalista tenda a ser cada vez menor, isso não significa dizer que não existam, ou deixarão de existir, trabalhadores que produzam suas mercadorias e concorram com as grandes empresas, mas este espaço tem sido e tende a ser cada vez menor.

Portanto, embora as pessoas tenham possibilidade de vender alguma mercadoria que não a força de trabalho⁷, há uma diminuição relativa dessa possibilidade, na medida em que há um aumento relativo do espaço de atuação da relação de produção especificamente capitalista.

Vendedores de força de trabalho

No capitalismo, os seres humanos que estão privados da propriedade de meios de produção se encontram na necessidade de vender a única mercadoria de que

dispõem, sua força de trabalho, para, dessa forma, poderem comprar os meios de subsistência. Por isso, o valor da força de trabalho corresponde ao valor dos meios de subsistência que devem satisfazer as necessidades humanas da família do trabalhador, de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade na qual estão inseridos.

Contudo, embora o mercado especificamente capitalista de produção de mercadorias aumente, conforme assinalado anteriormente, ocorre no âmbito deste uma redução relativa do mercado de trabalho. Esse movimento acontece de forma concomitante e articulada, ou seja, o **mercado** capitalista se amplia reduzindo o **mercado de trabalho** capitalista. O capital requer, em termos relativos, cada vez menos força de trabalho na produção de mercadorias na relação especificamente capitalista. Há uma redução relativa, portanto, do mercado da força de trabalho, ocasionando um incremento do contingente de trabalhadores supérfluos, que tem sido denominado por alguns autores, como Antunes (1999), de desemprego estrutural. Isto se deve à própria lógica do capital, que se expressa, sinteticamente, no aumento da composição orgânica do capital, fruto da concorrência intercapitalista e de sua decorrente necessidade de diminuição do valor das mercadorias mediante o aumento de produtividade, conforme já analisado anteriormente, e cujo efeito é o dispensamento relativo da força de trabalho⁸. Para o capital, a força de trabalho se torna cada vez mais dispensável.

A respeito dessa questão, e discorrendo sobre o capitalismo contemporâneo, por meio da caracterização do modelo toyotista, Antunes (1999) afirma que tal padrão busca garantir a flexibilização do aparato produtivo, da organização do trabalho e também dos trabalhadores, que são absorvidos e descartados facilmente e sem custos, de acordo com as necessidades impostas para a acumulação do capital. Ao se referir às consequências da lógica adotada pelo capital para os trabalhadores, o autor assinala que

a força humana de trabalho é descartada com a mesma tranquilidade com que se descarta uma seringa. Assim faz o capital, e há então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército industrial de reserva que se expande em toda parte. Essa tendência tem se acentuado, em função da vigência do caráter destrutivo da lógica do capital, muito mais visível nesses 20, 30 anos. (Antunes, 1999, p. 200).

Antunes ainda faz algumas considerações a respeito do direito ao trabalho para a produção da vida dos trabalhadores, assim como expressa sua opinião sobre a situação dramática em que os trabalhadores desempregados estão submetidos, principalmente aqueles que se situam na América Latina, na medida em que se encontram desprovidos de qualquer seguridade social, e faz a seguinte reflexão:

o direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e

trabalhadoras (que totalizam mais de dois terços da humanidade) que vivem no chamado Terceiro Mundo, desprovidos *completamente* de instrumentos de seguridade social, significa uma *desefetivação, des-realização e brutalização* ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela *classe-que-vive-do-trabalho*. (Antunes, 1999, p. 177-8, grifos do autor).⁹

Considerações finais

Articulando-se as situações dos vendedores de mercadorias apresentadas anteriormente, constata-se, de um lado, um aumento na dificuldade para que as pessoas vendam sua força de trabalho para o mercado especificamente capitalista, cujo efeito prático é o aumento das taxas médias de desemprego, assim como, de outro lado, uma tendencial diminuição da possibilidade de produção social da vida fora do mercado capitalista. Em ambos os mercados há uma tendência de aumentar a dificuldade de vender alguma mercadoria, seja ela força de trabalho ou outra mercadoria qualquer, o que resulta numa dificuldade cada vez maior de sobreviver, isto é, de que as pessoas possam comprar as mercadorias necessárias para produzirem sua própria vida.

A partir dessa análise do movimento do capital, é possível compreender que os trabalhadores são, relativamente, menos necessários nas empresas capitalistas e, portanto, possuem mais dificuldade de vender sua força de trabalho, assim como possuem menos possibilidade de obterem sucesso ao montar um negócio próprio — individual ou na forma de cooperativa —, na medida em que se torna cada vez mais

difícil concorrer com a produção de mercadorias na forma capitalista. A combinação desses fenômenos implica que, na forma social capitalista, os trabalhadores estão se produzindo cada vez mais degradados enquanto seres humanos, uma vez que têm cada vez mais dificuldades de comprar seus meios de subsistência, porque têm dificuldades de vender mercadorias.

Tecendo um conjunto de considerações acerca do movimento contraditório do capital, Tumolo (2001) assinala que,

no capitalismo, a construção do gênero humano (...) se dá pela sua destruição, sua emancipação se efetiva pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida se realiza pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano (...) se processa pela sua *niilização*, a afirmação de sua condição de sujeito se realiza pela negação desta mesma condição, sua *hominização* se produz pela produção de sua reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital — o capital que se *subjetiviza* ou se *hominiza* reificando as relações sociais e o ser social (Tumolo, 2001, p. 16).

Em consonância com este pensamento, ao analisar a sociedade capitalista, Teixeira (1995) afirma que a unidade de ligação entre produção, distribuição, circulação e consumo nessa sociedade se constitui pelo mercado, e é através dele, portanto, que se tece a integração social e gesta-se a unidade do todo social. Devido a isso, a produção e distribuição da riqueza social passam por um processo de "coisificação", e não obedecem mais a uma orientação consciente dos produtores, como era nas formas de produção anteriores, nas quais a produção era orientada de

acordo com as necessidades previamente determinadas pela comunidade. Citando Engels, Teixeira complementa sua análise afirmando que

todos os vínculos morais da sociedade são destruídos pela transformação dos valores humanos em valores de troca; todos os princípios éticos são destruídos pelos princípios da concorrência e todas as leis existentes (...) são suplantadas pelas leis da oferta e da demanda. A humanidade mesma se converte em uma mercadoria (Engels, apud Teixeira, 1995, p.58)

A análise desenvolvida anteriormente permite dar um salto qualitativo na compreensão da vivência das pessoas que foram objeto desta investigação. Numa primeira abordagem, tal vivência poderia ser entendida como fruto do desemprego. Contudo, o aprofundamento da análise permite compreender que o desemprego é um produto histórico de uma sociedade fundada no mercado, o capitalismo, que transformou praticamente tudo em mercadoria, sobretudo a força de trabalho. Estabelecendo esta conexão, é possível perceber que a vivência daquelas pessoas é também um produto histórico, fruto da lógica do capital em seu movimento contraditório, e não de um fenômeno social isolado — o desemprego.

As pessoas desempregadas entrevistadas, que representam apenas uma pequeníssima representação dos milhões, talvez bilhões, de indivíduos que, ao redor do mundo, vivem nesta mesma condição, se encontram numa situação de dificuldade e, no limite, impossibilidade de vender não somente a força de trabalho, mas qualquer mercadoria, e, dessa forma, se encontram na dificuldade, e também na

impossibilidade, de comprar os meios de subsistência para poderem produzir suas vidas como seres humanos. Ou seja, numa sociedade de mercado como é o capitalismo, suas vidas como seres humanos estão, de fato, ameaçadas e, em alguns casos, até sua reprodução como animais — que exige apenas a satisfação das necessidades do “estômago” — fica comprometida. Daí se pode entender que as características de sua vivência — apresentadas anteriormente — são expressão, no seu cotidiano, da produção de sua degradação como seres humanos e, ao mesmo tempo, de suas tentativas de reação a este processo. Em poucas palavras, a vivência daquelas pessoas é a manifestação aparente do “jogo de vida e morte” que os indivíduos têm de travar para poderem produzir-se como seres humanos na forma social do capital.

Bertold Brecht, um dos maiores dramaturgos e poetas do século passado, tinha total clareza a respeito da relação entre o desemprego e a lógica do capital e, exatamente por isso, no final de seu poema dedicado ao desemprego — valendo-se da linguagem de um diálogo com os capitalistas —, aponta o segredo de sua superação:

“Mas a questão é: nosso desemprego

Não será solucionado

Enquanto os senhores não

Ficarem desempregados!”

Bibliografía

ANTUNES, Ricardo (1999): *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo.

BARBARA, Maristela (1999): Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 1, p. 30-49.

BARÓ, Ignacio (1998): *La liberación como horizonte de la psicología: psicología de la liberación*. Madri, Editorial Trotta.

BOCK, Ana (1999): *O lugar do trabalho na psicologia social*. Mesa redonda da Associação Brasileira de Psicologia Social. Outubro/99. São Paulo : ABRAPSO.

BRASILEIRO, Maria (2000): *O significado da perda do emprego para trabalhadores desempregados*. Relatório final de pesquisa. Departamento de Psicologia – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa. Coordenação Geral de Pesquisa, Ciência e Tecnologia. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/ UEPB).

BRECHT, Bertolt (1990): *Poemas. 1913 – 1956*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense

CALDAS, Miguel (1999): A demissão e alguns significados psicológicos da perda do emprego para o indivíduo. In: *Enanpad* (Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração). Anais. Rio de Janeiro, CD-ROM.

- CATALANO, Ralph; HANSEN, Hans; HARTING, Terry (1999): The ecological effect of unemployment of very low birthweight in Norway and Sweden. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 40, p. 422-428.
- CATTANI, Antônio (1996): *Trabalho e autonomia*. 12. ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DEJOURS, Christophe (2000): *A banalização da injustiça social*. 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- DIEESE (1999): *Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina*. (Estudo Regional. 3). Florianópolis, DIEESE.
- DOMENIGHETTI, Gianfrancesco; DÁVANZO, Barbara; BISIG, Brigitte (2000): Health effects of job insecurity among employees in the Swiss general population in international. *Journal of Health Services*, v. 30, n. 3, p. 477-490.
- FOLHA DE S. PAULO (2003a): Desemprego cai, mas motivo é desalento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. B-6.
- FOLHA DE S. PAULO (2003b): Para IBGE, manter duas taxas é 'infundado'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. B-6.
- FORRESTER, Viviane (1997): *O horror econômico*. São Paulo, Unesp.
- FURTADO, Odair (1999): Globalização e desemprego: um debate sobre o fim do emprego. *Revista da ESPM*.
- GARRIDO, Alicia (1996): Psicologia social del desempleo. In: ALVARO, José L.; GARRIDO, Alicia; TORREGROSA, José Ramon. (Orgs.). *Psicología social aplicada*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de Espana, p. 121 a 154

- KILIMNIK, Zélia (1998): Trabalhar em tempos de "fim de emprego". *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 2, p. 34-45.
- LEJOYEUX, Michel; BOULENGUIEZ, Sofhie; FICHELE, Anika (2000): Alcohol dependence among patients admitted to psychiatric emergency services. *General Hospital Psychiatry*, n. 22, p. 206-212.
- LANE, Silvia T. M. (1995): A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, Silvia T. M. e SAWAIA, Bader B. (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo, Brasiliense.
- LONDOÑO, Juan L. (1997): Pobreza, desigualdade, política social e democracia. In: LANGONI, Carlos G. (coord.). *A nova América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- MARX, Karl (1983) *O capital*. v. I, tomo 1. São Paulo, Abril Cultural.
- _____ (1984): *O capital*. v. I, tomo 2. São Paulo, Abril Cultural.
- MATTOSO, Jorge (2000): *O Brasil desempregado*. 2. ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MORETTO, Nivaldo R. (2004): *A formação sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desemprego e a configuração atual do mercado capitalista*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- POCHMANN, Marcio (1999a): *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Documento elaborado para o Crub (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), setembro de 1999.

- _____ (1999b): *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto.
- _____ (2001): *O desemprego na globalização*. São Paulo, Boitempo.
- PRETI, Antonio; MIOTTO, Paola (1999) Suicide and unemployment in Italy. *Journal Epidemiol. Community Health*, n. 53, p. 694-701.
- SEVE, Lucien (s.d.) *Marxismo e a teoria da personalidade*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Seligman (2000): Saúde Mental e Trabalho. In: TUNDIS, Silvério; COSTA, Nilson (orgs.). *Cidadania e loucura*. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 266 a 273.
- TEIXEIRA, José (1995) *Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio.
- TUMOLO, Ligia M. S. (2002: *As características da vivência das pessoas que se encontram desempregadas em Florianópolis - SC*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- TUMOLO, Paulo S. (2002): O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. In: 24^a Reunião da Anped, Caxambu. CD comemorativo [histórico] editado em 2002. p. 1-21. Anais, Anped.
- _____ (2003) Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 159-178.
- WADSWORTH, M.; MONTEGOMERY, S.; BARTLEY, M. (1999): The persisting effect of unemployment on health and social well-being in men early in working life. *Social Science and Medicine*, n. 48, p. 1491-1499.¹⁰

¹ A PME, realizada pelo IBGE, acompanha o desemprego no mercado de trabalho em seis regiões metropolitanas — Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre

—, e possui uma metodologia mais limitada de coleta e análise de dados sobre o desemprego, já que tem como indicador principal a taxa de desemprego aberto em sete dias. Para o IBGE, são considerados desempregados somente aqueles trabalhadores que estão sem qualquer trabalho, e que tenham exercido algum ato de busca de emprego nos sete dias que antecederam a pesquisa. Devido a essa metodologia restrita, que se baseia apenas no desemprego aberto, o IBGE produz como resultado taxas médias anuais de desemprego relativamente baixas, se comparadas às taxas levantadas pela PED. Já a PED, realizada pelo DIEESE/SEADE, desenvolve sua pesquisa atualmente nos mercados metropolitanos de trabalho de São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília. Ela utiliza uma metodologia de coleta e análise de dados mais apropriada para a compreensão do fenômeno do desemprego brasileiro, na medida em que permite englobar as variações das situações de emprego, que são características da sociedade brasileira atual. Para a PED, são considerados desempregados aqueles trabalhadores que estão na situação do desemprego aberto e desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. Portanto, são considerados desempregados os trabalhadores que: a) não procuram trabalho ou exercem qualquer atividade na semana de referência da pesquisa, mas que tenham procurado emprego no decorrer do mês; b) que exercem algum tipo de atividade irregular e descontínua simultaneamente à procura de trabalho, o chamado desempregado oculto pelo trabalho precário; e c) não procuraram trabalho no mês anterior, por se sentirem desestimulados pelo mercado de trabalho, mas procuraram trabalho nos últimos 12 meses, o que se denomina desemprego oculto pelo desalento. Essa metodologia resulta em taxas de desemprego anuais distintas e mais expressivas em relação à PME/IBGE. Contudo, no final de 2002, o IBGE reformulou sua metodologia de levantamento da taxa de desemprego, alterando alguns critérios — o principal deles foi o aumento da data de referência para se considerar uma pessoa desocupada, de sete para 30 dias — cujo resultado foi um incremento na taxa de desemprego. Para se ter uma idéia, pela nova metodologia, a taxa média de desemprego de 2002 ficou em 11,7%, enquanto que pelos critérios anteriores seria em torno de 7% (cf. Folha de S. Paulo, 25/01/03 – B6).

² Além dos já citados, outros investigadores, em várias partes do mundo, vêm pesquisando o referido tema. Vide, p. ex.: Garrido (1996); Catalano, Hansen e Harting (1999); Preti e Miotto (1999); Wadsworth, Montgomery e Bartley (1999); Domenighet, D'Avanzo e Bisig (2000); Dejours (2000); Baró (1998); Silva (2000); Furtado (1999); Kilimnk (1998); Barbara (1999); Caldas (1999).

³ A pesquisa foi realizada no SINE - Sistema Nacional de Empregos, Florianópolis - SC, instituição que desenvolve um sistema de captação de vagas para o emprego nas organizações de trabalho, assim como também sua contrapartida, isto é, o cadastramento e encaminhamento dos trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho.

⁴ Vide lista dos pesquisadores na nota n. 2.

⁵ A respeito da análise que alguns autores, inclusive no campo da psicologia, fazem sobre o desemprego no interior do sistema capitalista, bem como de seus limites, vide, entre outros, Tumolo, L. M. S. (2002).

⁶ Cremos que seria preciso salientar que as razões pelas quais a produção na forma especificamente capitalista é muito mais propícia ao aumento da força produtiva do trabalho — e, por desdobramento, à redução do valor da mercadoria — do que a produção na forma não capitalista são de tamanha complexidade que sua explicação detalhada fugiria aos limites deste artigo.

⁷ Estamos nos referindo, aqui, a produtores e vendedores não-capitalistas de mercadorias. A condição dos vendedores capitalistas de mercadorias não é objeto de discussão deste texto.

⁸ Um exame detalhado e aprofundado a respeito desse processo contraditório pode ser encontrado em O Capital de Marx (MARX, 1983, 1984), especialmente no capítulo XXIII, denominado “A lei geral da acumulação de capital” (MARX, 1984).

⁹ Para um aprofundamento da questão do desemprego no interior da lógica societal do capital, vide, entre outros, Moretto (2004).